



“Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover”

Art 64º da Constituição da Republica Portuguesa

A Revolução de Abril, realização histórica do povo português, foi um movimento libertador - pela democracia, paz, descolonização e elevação das condições socioeconómicas no nosso país. Culminando uma longa e heroica luta, a Revolução de Abril pôs fim a 48 anos de ditadura fascista. A classe operária e os trabalhadores, as massas populares e os militares progressistas, unidos na aliança Povo-MFA, foram os protagonistas dos avanços e conquistas democráticas alcançados, consagrados depois na Constituição da República, aprovada em 2 de Abril de 1976.

Mas quarenta anos volvidos, Portugal e o povo português vivem um dos mais graves e dolorosos períodos da sua história. Um período de afrontoso conflito com o que Abril representou de conquista, transformação, realização e avanço, de total confronto com as portas que Abril abriu. Não por culpa do regime constitucional, que consagrou e defendeu avanços inegáveis, mas em consequência da política seguida.

A crise nacional é determinada pelas consequências da política de direita levada a cabo por sucessivos governos do PS, PSD e CDS (a troika nacional) à mercê do grande capital e da troika estrangeira (FMI, BCE, UE). Política que destruiu a produção nacional e arruinou a economia. Política de intensificação da exploração e empobrecimento do Povo e do País e de destruição dos direitos laborais e sociais conquistados com Abril: o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, um abrangente e universal Serviço Público de Segurança Social, o acesso à Justiça.

Uma das grandes conquistas da revolução de Abril foi o Serviço Nacional de Saúde que trouxe o direito fundamental à saúde de qualidade, de acesso a todos independentemente da sua condição financeira ou local de residência. Criou-se assim o Serviço Nacional de Saúde Universal e Gratuito. Ao mesmo tempo os profissionais de saúde conquistaram direitos importantes como as 35 horas de trabalho semanal, o pagamento das horas penosas, o direito ao 13º mês, o direito ao fardamento e calçado, os direitos de parentalidade, número de profissionais adequados aos serviços, condições de segurança e higiene no seu local de trabalho entre outros.

Estes direitos conquistados sofrem hoje ameaças e retrocessos. O aumento da jornada de trabalho, a diminuição dos vencimentos e cortes nas horas de qualidade e extraordinárias, as tentativas de retirada do 13º mês, os

serviços depauperados de profissionais levando as equipas à exaustão e à deterioração da prestação de cuidados, as coações sentidas pelos profissionais para abdicarem de direitos básicos só são travados pela luta dos trabalhadores! Disso são exemplos recentes a reposição do 13º mês, a manutenção do pagamento da TSU pela entidade patronal, a luta pela manutenção do HPV e MAC, os serviços no HSM que denunciam e lutam pela manutenção de rácios de enfermeiros e auxiliares, as denúncias de desregulação de horários e a resistência desses trabalhadores.

Em curso está a desarticulação do Serviço Nacional de Saúde, levada a cabo por PS/PSD/CDS. A lucratividade da doença leva à privatização da saúde. A estratégia do desmantelamento segue várias linhas com o objectivo único de criar um serviço de saúde mínimo. Para isto limita o acesso à saúde através da implementação de taxas moderadoras e destrói serviços de forma a justificar o seu encerramento, não deixando outra opção aos utentes que não a saúde privada. Disto é prova a centralização da “urgência metropolitana de Lisboa” e a quebra de 500mil atendimentos nas urgências dos hospitais públicos em 2012, enquanto nos hospitais privados, a previsão era de um aumento de 250 mil atendimentos. Esta é que é a verdadeira razão das reestruturações em curso na saúde: transferir para os grandes grupos monopolistas da saúde a prestação de cuidados com o respectivo financiamento público.

Na mesma linha de acção diminuem os salários e retiram direitos aos trabalhadores da saúde na tentativa de instaurar o medo e diminuir o seu poder reivindicativo.

As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril são o momento de afirmar nas ruas a recusa desta política. Apelamos à participação de todos nas comemorações populares do 25 de Abril em Lisboa (Marquês de Pombal, 15h) e à Manifestação do 1º de Maio (Martim Moniz, 15h).

O Partido Comunista Português, Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, Partido da luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo, Partido de Abril, apela a todos os homens e mulheres de Portugal que, pela sua coragem e a sua luta, mantenham vivos os Valores de Abril para que estes se projectem, consolidem e desenvolvam no futuro de Portugal.

Viva a Revolução de Abril!

PRESSÃO E REPRESSÃO SOBRE OS TRABALHADORES DO CHLN

Os trabalhadores do CHLN têm vindo a sofrer várias formas de pressão e repressão no seu local de trabalho.

São recorrentes as ameaças de mobilidade interna e despedimento utilizando o exército de desempregados existente e a fragilidade económica e social dos trabalhadores como arma de intimidação. A alteração de escalas de horário ou a retirada de responsabilidades adquiridas são utilizadas como castigo aos trabalhadores que se opõem ao atropelo aos seus direitos.

Vivemos ainda a escalada na retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores (como o estacionamento, a falta de locais para usufruir da refeição trazida de casa...) ou a implementação de novas regras restritivas que dificultam a conciliação entre a vida pessoal e laboral (regimes de trocas mais limitativos, roubo efectivo de salário nas horas de qualidade pelo sistema SISQUAL quando o ponto é picado minutos antes da saída ou depois da entrada, não contabilização das horas de baixas ou nojos aos trabalhadores em roulement ao fim-de-semana ficando os trabalhadores a dever horas ao hospital...).

Todas estas a crescer às medidas dos orçamentos do Estado, verdadeiros roubos para os trabalhadores, impostas pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS.

Apesar da intimidação, muitos dos trabalhadores resistem às pressões que põem em causa a sua dignidade profissional e acabam com a sua estabilidade laboral. É preciso denunciar as situações, não ceder e lutar nas organizações sindicais de classe e no PCP, na conquista e manutenção dos direitos dos trabalhadores.

PARQUEAMENTO NO HSM

O estacionamento no HSM é um dos problemas sentidos diariamente pelos trabalhadores. Particularmente os trabalhadores que cumprem horários por turnos precisam de segurança nos transportes de e para casa. Com luta e persistência os trabalhadores do HSM mantêm o direito a lugares não pagos sendo estes cada vez mais restritos. É inadmissível que os trabalhadores não consigam lugar de estacionamento nos turnos das manhãs e tardes quando existem lugares de estacionamento vazio. O CA do CHLN constituiu agora uma comissão para organizar as questões relacionadas com o estacionamento. Esperamos desde já que a sua prioridade seja a de resolver o problema sentido pela maioria dos trabalhadores: a falta de lugares, o desespero de querer entrar a horas para trabalhar e não conseguir estacionar. Os trabalhadores do HSM devem ficar atentos às conclusões desta comissão para que coloquem o espaço de estacionamento prioritariamente disponível para os trabalhadores e não para fazer negócio ou para privilegiar chefias.

Todos os trabalhadores são uma peça importante no bom funcionamento do CHLN, por este motivo os direitos têm que ser iguais entre os trabalhadores.

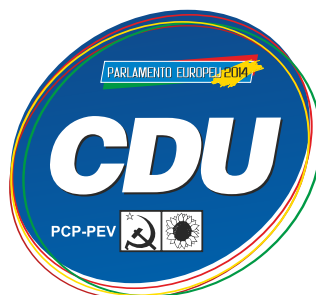
O GOVERNO INCENTIVA A NATALIDADE COM LIMITAÇÃO DOS DIREITOS DE MATERNIDADE E PATERNIDADE NO HOSPITAL DE SANTA MARIA.

Chegou ao grupo parlamentar do PCP a denúncia de que enfermeiros supervisores se dirigem a enfermeiros em gozo dos direitos de parentalidade para assinarem um documento no qual consta o compromisso que, em caso de conveniência do serviço, ficarão impedidos do exercício de tais direitos.

O Grupo Parlamentar do PCP remeteu uma pergunta ao governo. Nela refere que “são afetados enfermeiros de ambos os sexos, impedindo maioritariamente o gozo de horário flexível e dispensa para amamentação ou aleitação no entanto, não é de excluir que a presente limitação não se circunscreva a estes direitos podendo abranger outros. O mesmo entendimento em relação aos destinatários destas imposições, o que significa que além dos enfermeiros outros profissionais de saúde podem estar sujeitos a estes constrangimentos. Escusado será dizer que apesar de não estarem de acordo, os enfermeiros e por ventura outros profissionais de saúde sentem-se pressionados a assinar o referido documento, e acabam por ceder”.

Aguarda-se resposta da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

DEFENDER O POVO E O PAÍS
DIREITOS DESENVOLVIMENTO SOBERANIA



EM 25 DE MAIO
MAIS CDU

Festa
Swanie!

Festa de Abril
5, 6, 7 Setembro 2014
Atalaia, Amora, Seixal



Ficha para contacto

Se pretende aderir ao PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:
Partido Comunista Português
Av. da Liberdade, 170 - 1250-146 Lisboa

www.pcp.pt
dorlpcp@dorl.pcp.pt

